



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

O presente estudo tem por objeto a análise de soluções disponíveis no mercado voltadas à manutenção das condições adequadas de salubridade, higiene e segurança sanitária nas unidades escolares e administrativas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, especialmente no que se refere à prevenção e ao controle de agentes que possam comprometer a saúde dos usuários e a qualidade dos ambientes, considerando aspectos de eficiência, economicidade, segurança sanitária e adequação às normas vigentes.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

A presente demanda decorre da necessidade de garantir condições adequadas de higiene, salubridade e segurança sanitária nas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, especialmente nas escolas e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs).

Verifica-se a ocorrência, bem como o risco contínuo de proliferação de pragas urbanas, tais como insetos (baratas, formigas, mosquitos e outros) e roedores, favorecida por fatores como a circulação intensa de pessoas, a manipulação e armazenamento de alimentos, a existência de redes de esgoto, áreas externas e condições ambientais propícias.

A presença dessas pragas representa risco à saúde de alunos, servidores e demais usuários, podendo ocasionar a transmissão de doenças, contaminação de alimentos, danos ao patrimônio público e comprometimento das condições adequadas ao desenvolvimento das atividades educacionais.

Soma-se a isso a necessidade de manutenção das condições adequadas de higiene e conservação dos reservatórios de água (caixas d'água), cuja limpeza e desinfecção periódica são essenciais para garantir a qualidade da água utilizada nas unidades e prevenir riscos à saúde dos usuários.

A ausência de medidas eficazes tanto no controle de pragas quanto na adequada higienização dos reservatórios pode resultar em prejuízos à saúde pública, impacto negativo no ambiente escolar e comprometimento do regular funcionamento das unidades.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de adoção de medidas contínuas e eficazes para o controle e prevenção de pragas urbanas, bem como para a adequada manutenção e higienização dos reservatórios de água, de modo a assegurar ambiente seguro, saudável e adequado ao pleno funcionamento das atividades educacionais, em atendimento ao interesse público e às normas sanitárias vigentes.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA **(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)**

Considerando a necessidade de garantir condições adequadas de higiene, salubridade e segurança sanitária nas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, destaca-se que atualmente o Município conta com 13 escolas, 09 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), além da sede da Secretaria de Educação, do Departamento de Cultura e da Biblioteca Pública, todos sob sua responsabilidade.

Diante da quantidade de unidades e da diversidade de ambientes atendidos, verifica-se a necessidade de adoção de medidas eficazes para o controle e prevenção de pragas urbanas, de forma contínua e adequada às especificidades de cada local.

Nesse contexto, foram analisadas as possíveis soluções disponíveis para atendimento da demanda, considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos, conforme apresentado a seguir:

Descrição da solução 1 – Execução direta pela Administração Pública

A execução direta das ações voltadas ao controle de pragas urbanas, bem como à higiene, limpeza e conservação dos reservatórios de água (caixas d'água), pela própria Administração Pública poderia ser realizada por servidores vinculados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou por equipe designada de forma geral pelo Município. No entanto, para que essa alternativa fosse viável, seria necessário o atendimento de uma série de requisitos mínimos de ordem técnica, operacional e sanitária.

Inicialmente, seria indispensável a disponibilização de servidores devidamente capacitados para as atividades, com treinamento específico no manuseio de produtos químicos, técnicas de aplicação, procedimentos de higienização de reservatórios e normas de segurança. Além disso, as normas sanitárias exigem, em determinadas situações, a atuação sob responsabilidade técnica de profissional habilitado, o que demandaria a formalização dessa atribuição no âmbito da Administração.

Também seria necessária a aquisição de equipamentos adequados para a execução dos serviços, como pulverizadores, aplicadores específicos, dispositivos para controle de roedores, além de equipamentos e ferramentas apropriados para a limpeza e desinfecção de reservatórios de água, incluindo acesso seguro às estruturas.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

Outro ponto relevante diz respeito à necessidade de estrutura adequada para armazenamento seguro dos produtos utilizados, observando normas de segurança, controle de validade e prevenção de riscos à saúde e ao meio ambiente.

Soma-se a isso a obrigatoriedade de fornecimento e uso de equipamentos de proteção individual (EPIs), bem como a organização de rotinas de trabalho que envolvam planejamento das atividades, definição de cronogramas, registro das ações realizadas e monitoramento dos resultados obtidos.

Por fim, a adoção dessa alternativa implicaria na assunção, pela própria Administração, dos riscos decorrentes da atividade, além da necessidade de estrutura logística para atendimento das diversas unidades, o que evidencia um elevado grau de complexidade operacional.

Descrição da solução 2 – Adoção de medidas preventivas básicas pelas unidades

Essa alternativa consiste na intensificação das rotinas de prevenção já adotadas atualmente pelas unidades escolares, tais como a limpeza frequente dos ambientes, o correto armazenamento de alimentos, o manejo adequado de resíduos e os cuidados com a estrutura física dos espaços.

Ressalta-se que tais medidas já são realizadas de forma contínua no cotidiano das unidades escolares, sendo fundamentais para reduzir as condições que favorecem o surgimento de pragas.

No entanto, embora indispensáveis, essas ações possuem caráter essencialmente preventivo e **não são suficientes, por si só, para eliminar infestações já existentes ou controlar situações recorrentes**, especialmente em locais com grande circulação de pessoas e manipulação de alimentos, como é o caso das unidades escolares.

Descrição da solução 3 – Contratação de empresa especializada

Esta alternativa consiste na contratação de empresa especializada para a execução de serviços contínuos voltados à manutenção das condições de higiene e salubridade dos ambientes, abrangendo o controle de pragas urbanas e a limpeza e desinfecção de reservatórios de água (caixas d'água), com caráter preventivo, corretivo e de monitoramento.

No que se refere ao controle de pragas, os serviços envolvem a utilização de métodos técnicos adequados, definidos a partir da análise dos ambientes, contemplando a aplicação de produtos específicos, instalação de dispositivos de controle (como iscas e armadilhas) e adoção de medidas complementares conforme a necessidade identificada em cada local.

Quanto à limpeza e desinfecção dos reservatórios de água, os serviços compreendem a higienização periódica das caixas d'água, com a utilização de técnicas e produtos apropriados, visando garantir a qualidade da água e prevenir riscos à saúde dos usuários.

A execução dos serviços se dá com o emprego de equipamentos apropriados e produtos domissanitários devidamente regularizados junto à ANVISA, observando as normas sanitárias e de segurança vigentes, especialmente quanto à proteção da saúde dos



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

usuários e dos aplicadores.

Além da execução dos serviços, essa alternativa contempla o planejamento das ações, definição de cronograma periódico, emissão de relatórios técnicos, orientações às unidades atendidas e acompanhamento dos resultados, permitindo maior controle e efetividade ao longo do tempo.

Trata-se de solução amplamente utilizada tanto no setor público quanto no privado, especialmente em ambientes que exigem elevado padrão de higiene e segurança sanitária, como unidades escolares, em razão da circulação de pessoas e da necessidade de manutenção da qualidade da água e do ambiente.

Entre as principais vantagens, destacam-se a maior eficiência na execução dos serviços, a utilização de mão de obra qualificada, a redução dos riscos associados ao manuseio de produtos químicos, a padronização dos procedimentos e a obtenção de resultados mais consistentes e duradouros.

Por outro lado, essa alternativa envolve custos contratuais contínuos e exige adequado planejamento e fiscalização por parte da Administração, a fim de garantir a correta execução dos serviços e o alcance dos resultados esperados.

Descrição da solução 4 – Adoção de ações pontuais ou emergenciais

Essa alternativa consiste na realização de intervenções apenas quando identificada a presença de pragas urbanas, sem a adoção de um planejamento contínuo ou de ações preventivas regulares.

Nesse modelo, as medidas de controle são adotadas de forma reativa, ou seja, somente após a ocorrência de situações mais evidentes de infestação, como o aparecimento de insetos ou roedores em níveis que demandem atuação imediata.

Embora possa atender demandas específicas e imediatas, essa abordagem apresenta limitações significativas, uma vez que não atua de forma preventiva, favorecendo a recorrência do problema e dificultando o controle efetivo das pragas ao longo do tempo.

Além disso, a ausência de planejamento contínuo pode resultar no agravamento das infestações, aumento dos riscos à saúde dos usuários, especialmente em ambientes escolares, e possível elevação dos custos, em razão da necessidade de intervenções mais intensivas e frequentes.

Dessa forma, trata-se de uma alternativa com menor efetividade no controle sanitário, não sendo adequada para ambientes que demandam condições permanentes de higiene e segurança.

Justificativa técnica e econômica da solução escolhida

Dentre as alternativas analisadas, verifica-se que a adoção de solução especializada para a manutenção das condições de higiene e salubridade dos ambientes, abrangendo o controle de pragas urbanas e a limpeza e desinfecção de reservatórios de água, apresenta-se como a mais adequada sob os aspectos técnico e econômico.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

Do ponto de vista técnico, as medidas preventivas realizadas pelas próprias unidades, embora necessárias, mostram-se insuficientes para o controle efetivo de pragas, especialmente em ambientes com grande circulação de pessoas e manipulação de alimentos. Da mesma forma, a realização de ações apenas em caráter eventual ou emergencial não garante a continuidade dos serviços, comprometendo tanto o controle das infestações quanto a adequada higienização dos reservatórios de água.

Por sua vez, a execução direta pela Administração demandaria a estruturação de equipe técnica especializada, capacitação contínua de servidores, aquisição de equipamentos específicos e atendimento a exigências sanitárias, como o manejo adequado de produtos químicos e procedimentos técnicos para higienização de reservatórios. Tais fatores elevam a complexidade operacional, além de gerar custos indiretos relevantes e riscos associados à execução das atividades.

Nesse contexto, a adoção de solução especializada apresenta maior eficiência, ao permitir a execução dos serviços por profissionais qualificados, com utilização de técnicas adequadas, equipamentos apropriados e produtos regularizados junto à ANVISA, garantindo maior efetividade tanto no controle de pragas quanto na manutenção da qualidade da água.

Sob o aspecto econômico, embora envolva custos contratuais, essa alternativa tende a apresentar melhor relação custo-benefício, considerando a redução de retrabalho, a prevenção de ocorrências recorrentes, a mitigação de riscos à saúde pública e a preservação do patrimônio público. Ademais, evita investimentos iniciais elevados em estrutura, capacitação e aquisição de insumos, que seriam necessários na hipótese de execução direta.

Dessa forma, a solução especializada mostra-se mais vantajosa para a Administração, tanto pela sua efetividade quanto pela racionalização dos recursos públicos, atendendo ao interesse público e às diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se, ainda, que a natureza dos serviços não impede a participação de microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo regime do Simples Nacional, nos termos da legislação vigente.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim (x)

Não ()

Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não há vedação à participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optantes pelo Simples



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

Nacional na presente contratação, uma vez que o objeto consiste na prestação de serviços comuns, não enquadrados nas hipóteses legais de exclusão do referido regime tributário.

Serão assegurados, quando cabíveis, os benefícios previstos na legislação vigente.

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim ()

Não (x)

Não será permitida a participação de empresas em consórcio, tendo em vista que o objeto possui natureza comum e pode ser executado integralmente por uma única empresa, não havendo complexidade técnica ou operacional que justifique a formação de consórcio.

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim ()

Não (x)

Não será permitida a participação de sociedades cooperativas, considerando as características do objeto, que exige responsabilidade técnica individualizada, controle rigoroso da execução e estrutura operacional compatível.

Da vedação à subcontratação

Fica expressamente vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto, não sendo permitida a transferência da execução dos serviços a terceiros, sob qualquer forma, salvo mediante prévia e expressa autorização da Administração.

A vedação justifica-se em razão da natureza do objeto, que exige controle direto sobre a execução, responsabilidade técnica e garantia da qualidade dos serviços prestados.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

A opção pela não adesão à Ata de Registro de Preços vigente para a prestação de serviços de dedetização, desratização e desinsetização fundamenta-se na necessidade de garantir que a contratação atenda de forma mais adequada às especificidades e às demandas da Secretaria Municipal de Educação e de suas unidades vinculadas.

Embora a adesão à Ata de Registro de Preços constitua instrumento que proporciona celeridade e, em tese, economicidade às contratações públicas, verificou-se que as condições estabelecidas nas atas disponíveis não contemplam integralmente as particularidades dos espaços atendidos, especialmente no que se refere à diversidade de ambientes, à periodicidade adequada de execução dos serviços e às características específicas de cada unidade.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

Ademais, a eventual adesão poderia acarretar limitações quanto à definição de quantitativos, ao cronograma de execução e à metodologia de aplicação, fatores essenciais para a adequada prestação dos serviços e para a efetividade das ações de controle de pragas urbanas nos equipamentos públicos.

Dessa forma, entende-se que a realização de procedimento licitatório próprio possibilitará o levantamento mais preciso das necessidades da Administração, permitindo a adequada especificação do objeto, a definição de quantitativos compatíveis com a demanda real e a fixação de condições de execução mais aderentes à realidade das unidades atendidas, assegurando, assim, o cumprimento das normas sanitárias vigentes e a obtenção da proposta mais vantajosa ao interesse público.

Assim, justifica-se a não adesão à Ata de Registro de Preços, optando-se pela realização de processo licitatório próprio.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

Considerando a natureza dos serviços a serem contratados, optou-se pelo **parcelamento do objeto em dois lotes distintos**, sendo:

- **Lote 1:** serviços de dedetização, desratização e desinsetização;
- **Lote 2:** serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água.

O parcelamento justifica-se em razão das **diferenças técnicas e operacionais** entre os serviços, uma vez que, embora ambos estejam relacionados à saúde sanitária dos ambientes, possuem métodos de execução, equipamentos, insumos e especializações distintas.

A separação em lotes permite a ampliação da competitividade, possibilitando a participação de empresas especializadas em cada segmento específico, sem restringir o certame àquelas que atuam em todas as áreas simultaneamente.

Além disso, o parcelamento contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas, na medida em que possibilita maior concorrência e especialização, sem prejuízo à gestão e à fiscalização contratual.

Ressalta-se que, apesar da divisão em lotes, os serviços mantêm independência operacional, não havendo prejuízo à execução ou à eficiência administrativa.

Dessa forma, a solução adotada atende aos princípios da economicidade, eficiência e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

As quantidades estimadas para a contratação foram definidas com base nas características das unidades atendidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, considerando a necessidade de atendimento contínuo e preventivo para o controle de pragas urbanas.

As metragens foram obtidas por meio de levantamento técnico realizado pelo Departamento de Gestão Urbana do Município e ratificadas pelas diretoras de cada unidade, conforme planilha detalhada em anexo.

Para fins de dimensionamento, foram considerados os seguintes critérios:

a) Quantidade de unidades atendidas: O Município possui atualmente 13 escolas, 09 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), além da sede da Secretaria de Educação, do Departamento de Cultura, da Biblioteca Pública e do Centro Cultural, totalizando 26 unidades a serem atendidas.

b) Estruturas existentes nas unidades: Foram consideradas, além das áreas internas e externas, as estruturas específicas que demandam tratamento, tais como caixas d'água, cozinhas, depósitos, sanitários e demais ambientes propícios à proliferação de pragas.

c) Periodicidade dos serviços: Estabeleceu-se a realização dos serviços de forma periódica, com frequência mínima de duas aplicações anuais por unidade, considerando a necessidade de controle preventivo e de manutenção das condições sanitárias adequadas.

Descrição	UN	Qtd.
SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO	M²	107.133
SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO	M²	107.133
SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA – 500 L	Un	27
SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA – 750 L	Un	4
SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA – 1.000 L	Un	70
SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA – 3.000 L	Un	4
SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA – 5.000 L	Un	8
SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA – 6.000 L	Un	4
SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA – 10.000 L	Un	6
SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE	Un	4



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

ÁGUA – 20.000 L		
SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA – 30.000 L	Un	6

Ressalta-se que a estimativa poderá contemplar eventuais demandas complementares, decorrentes de situações específicas de infestação, as quais deverão ser avaliadas conforme a necessidade, sem prejuízo da execução regular prevista.

A definição dos quantitativos busca assegurar a cobertura adequada de todas as unidades, permitindo ganho de escala na contratação e maior eficiência na execução dos serviços.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Tendo em vista o valor de mercado das soluções estima-se o valor total da contratação em **R\$ 171.896,30 (cento e setenta e um mil, oitocentos e noventa e seis reais e trinta centavos)**

6. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Objeto de contratação: Prestação de serviços contínuos de controle de pragas urbanas, compreendendo desinsetização e desratização, bem como serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água (caixas d'água), com fornecimento de mão de obra, equipamentos, produtos domissanitários e todos os insumos necessários, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação e de suas unidades vinculadas.

Nº da Portaria de designação da Comissão de Planejamento: Não tem

FASE DE ANÁLISE:

☒ **Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor**

☒ **Gestão do Contrato**

a-) Fase de Planejamento

RISCO 1

Descrever aqui o risco: Atraso na execução dos serviços

Probabilidade: () Baixa (☒) Média () Alta

Impacto: () Baixa () Média (☒) Alta

Dano

Atraso na execução dos serviços pode resultar em aumento da proliferação de pragas e riscos sanitários nas instituições vinculadas a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Ação Preventiva

Responsável



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Acompanhar e monitorar o cronograma de execução, com verificações regulares de cumprimento de prazos.	Fiscal do Contrato
Ação de Contingência	Responsável
Notificar formalmente a empresa sobre os atrasos e, se necessário, aplicar sanções contratuais.	Fiscal do Contrato.
RISCO 2	
Descrever aqui o risco: Uso de produtos inadequados ou proibidos	
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média <input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano	
Uso de produtos não regularizados junto aos órgãos competentes (ANVISA e, quando aplicável, IBAMA) pode gerar danos à saúde pública, contaminação ambiental e descumprimento das normas vigentes.	
Ação Preventiva	Responsável
Exigir a apresentação de laudos técnicos e fichas de segurança dos produtos utilizados antes da execução.	Fiscal do Contrato
Ação de Contingência	Responsável
Imediata suspensão dos serviços e substituição dos produtos, com penalização da empresa contratada.	Fiscal do Contrato
RISCO 3	
Descrever aqui o risco: Problemas de acesso às instituições de Ensino	
Probabilidade:	() Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média () Alta
Impacto:	() Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média () Alta
Dano	
Dificuldade de acesso a algumas unidades, especialmente as localizadas em áreas remotas ou com infraestrutura deficiente, pode comprometer a realização dos serviços.	
Ação Preventiva	Responsável
Planejamento logístico adequado, com identificação prévia de dificuldades de acesso e soluções alternativas.	Contratada e Administração
Ação de Contingência	Responsável
Realizar replanejamento logístico com apoio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para garantir o acesso.	Contratada e Administração
b-) Gestão do Contrato	
RISCO 1	
Descrever aqui o risco: Inércia frente ao descumprimento de obrigações contratuais, atraso na entrega do objeto, especificações divergentes. Falha ou omissão no registro dos atos e fatos do contrato.	
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média <input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano	
Deficiência na prestação dos serviços contratados. Prejuízos financeiros a Administração. Possível cancelamento do contrato.	
Ação Preventiva	Responsável
Fiscalizar o contrato sobre o prazo de execução para entrega dos produtos. Capacitação de servidores. Conhecimento dos termos contratuais e do serviço a ser	Gestor do contrato, fiscal técnico e administrativo



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

executado. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual.		
Ação de Contingência		Responsável
Sanções administrativas. Responsabilização da Gestão e fiscalização contratual.		Gestor do contrato, fiscal técnico e administrativo
RISCO 2		
Descrever aqui o risco: Insatisfação com a qualidade dos serviços.		
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto:	() Baixa (x) Média () Alta	
Dano		
Se os serviços forem mal executados, as unidades podem ficar insatisfeitas, o que pode resultar em reclamações ou até mesmo pode ensejar a rescisão contratual		
Ação Preventiva		Responsável
Realização de vistorias frequentes durante e após a execução dos serviços para garantir que o trabalho seja satisfatório.		Fiscal do Contrato
Ação de Contingência		Responsável
Acionamento da execução contratual para a correção de falhas, e, em casos extremos, rescisão do contrato com aplicação de sanções.		Secretaria Municipal de Educação e Cultura
RISCO 3		
Descrever aqui o risco: Interferência nas atividades das unidades escolares		
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta	
Dano		
A execução dos serviços pode interferir nas atividades das unidades escolares, causando transtornos a funcionários e alunos.		
Ação Preventiva		Responsável
Realizar o planejamento das atividades de dedetização e higienização fora do horário de atendimento das instituições, sempre com comunicação prévia.		Contratada e Administração
Ação de Contingência		Responsável
Reagendar as atividades para horários mais adequados e, se necessário, suspender temporariamente os serviços para evitar maiores transtornos		Fiscal do Contrato.
RISCO 4		
Descrever aqui o risco: Ausência de responsável técnico habilitado durante a execução dos serviços		
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta	
Dano		
Execução dos serviços em desacordo com normas técnicas e sanitárias, podendo gerar riscos à saúde pública, responsabilização da Administração e nulidade de atos praticados		
Ação Preventiva		Responsável
Exigir a indicação formal de responsável técnico habilitado, com registro no conselho profissional competente e respectiva ART		Fiscal do Contrato



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

Ação de Contingência	Responsável
Suspensão da execução dos serviços até regularização, com aplicação de sanções contratuais.	Gestor do Contrato.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A solução proposta consiste na contratação de serviços especializados voltados à manutenção das condições sanitárias das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, compreendendo escolas, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), espaços culturais e demais instalações administrativas.

A contratação será estruturada em **dois lotes distintos**, conforme segue:

- **Lote 1:** prestação de serviços de dedetização, desratização e desinsetização, incluindo o controle de pragas urbanas em áreas internas e externas das unidades atendidas;
- **Lote 2:** prestação de serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água (caixas d'água), tanto superiores quanto inferiores.

Os serviços deverão ser executados de forma periódica, conforme cronograma definido pela Administração, e também sob demanda, sempre que identificada a necessidade de intervenção adicional, garantindo a continuidade das condições adequadas de higiene e salubridade.

A execução compreenderá o fornecimento de toda a mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas, produtos domissanitários devidamente regularizados junto à ANVISA e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.

No caso dos serviços de controle de pragas urbanas, deverão ser adotadas técnicas adequadas a cada tipo de infestação, com monitoramento contínuo e, quando necessário, reaplicação dos procedimentos, visando garantir a efetividade dos resultados ao longo do período contratual.

Para os serviços de limpeza de reservatórios de água, deverão ser observados procedimentos técnicos que assegurem a completa higienização e desinfecção, preservando a qualidade da água e atendendo às normas sanitárias vigentes.

Como forma de acompanhamento e controle, a contratada deverá fornecer relatórios técnicos após cada intervenção, contendo informações detalhadas sobre os serviços realizados, produtos utilizados, áreas atendidas e eventuais recomendações.

Considerando a natureza dos serviços, não se aplica a exigência de assistência técnica nos moldes tradicionais, sendo esta substituída pela obrigação de garantia da qualidade dos serviços prestados, incluindo a realização de reaplicações ou correções,



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

sem ônus adicional, em caso de ineficácia comprovada dentro do período estabelecido.

Dessa forma, a solução proposta visa assegurar a manutenção de ambientes seguros, salubres e adequados ao desenvolvimento das atividades educacionais e culturais, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as normas sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho aplicáveis, especialmente no que se refere ao manuseio e aplicação de produtos químicos em ambientes com circulação de pessoas, como unidades escolares.

Destaca-se a observância da Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15), em especial o Anexo 11 – Agentes Químicos, que trata dos limites de tolerância à exposição ocupacional, bem como das Normas Regulamentadoras nº 9 (gestão de riscos ambientais) e nº 6 (uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs).

Os produtos utilizados deverão estar devidamente regularizados junto à ANVISA, sendo vedada a utilização de substâncias proibidas ou em desacordo com as recomendações técnicas e legais.

8.1 Requisitos de habilitação técnica

Como condição para habilitação, a empresa deverá apresentar a seguinte documentação:

- Atestado de Capacidade Técnica: Emitido por pessoa jurídica (pública ou privada), comprovando a execução de serviços semelhantes ao objeto desta licitação;

Para o lote 01 (controle de pragas):

- Licença Sanitária: Alvará sanitário vigente para controle de vetores e pragas urbanas (RDC nº 622/2022 ANVISA);
- Licença Ambiental de Operação (IAT) válida e Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal (CTF/IBAMA);
- Certidão de Regularidade Profissional: Comprovação do Responsável Técnico perante o Conselho de Classe (CRBio, CRQ, CRMV, CREA ou CFTA).

Para o lote 02 (limpeza de reservatórios):

- Alvará Sanitário: Comprovação de autorização para serviços de higienização de reservatórios de água potável;
- Certidão de Regularidade Profissional: Comprovação do Responsável Técnico perante o Conselho de Classe (CREA, CRQ, CRBio ou CFTA).



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

8.2 Documentos obrigatórios necessários como condição para assinatura do contrato PARA AMBOS OS LOTES

- Comprovação de atendimento à NR-01, mantendo o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) atualizado;
- Equipamentos de Proteção (EPI e EPC): Declaração da contratada de que fornece integral e gratuitamente todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs) necessários, conforme a NR-06, adequados aos riscos de cada atividade (químico, altura e espaço confinado). A empresa deve garantir que:
 - Todos os EPIs possuam Certificado de Aprovação (CA) válido;
 - Haja reposição imediata de equipamentos danificados ou contaminados;
 - Os funcionários foram treinados para o uso correto, conforme identificado no PGR.
- Comprovação de atendimento à NR-07 (PCMSO), mediante apresentação dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) vigentes de todos os colaboradores alocados;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), compatível com as atividades desenvolvidas no âmbito da contratação;
- Declaração assinada pelo representante legal, comprometendo-se a manter a regularidade técnica, ambiental e trabalhista durante toda a vigência contratual.

LOTE 01 – CONTROLE DE PRAGAS (DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO)

- Responsabilidade Técnica: apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) ou documento equivalente, emitido pelo conselho profissional competente, vinculando o profissional habilitado à empresa e à execução dos serviços contratados.
- Registro e Segurança Química: Relação dos produtos domissanitários (inseticidas, raticidas ou desinfetantes) a serem utilizados, acompanhada de:
 - Comprovação de registro ativo junto à ANVISA;
 - Fichas com Dados de Segurança (FDS/FISPQ) atualizadas;
 - Cópias dos rótulos dos produtos.
 - A equipe técnica deverá manter cópias físicas ou digitais acessíveis desses documentos no local da execução, visando o pronto atendimento e consulta em caso de acidentes ou fiscalização imediata.

LOTE 02 – LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS (CAIXAS D'ÁGUA)

- Treinamento NR-33: Certificado de treinamento e capacitação dos trabalhadores para atividades em Espaço Confinado (Vigia e Autorizado), dentro da validade;



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

- Treinamento da NR-35 (Trabalho em Altura): Comprovação de treinamento e Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão específica para "trabalho em altura", acompanhado da Análise de Risco (AR) para atividades em locais elevados (como limpeza de torres d'água ou aplicação de gel em forros).

- Metodologia de Desinfecção: Apresentação do Procedimento Operacional Padrão (POP) detalhando os métodos de limpeza e os produtos (ex: hipoclorito de sódio com registro na ANVISA) que serão aplicados para garantir a potabilidade da água após o serviço.

- Comprovação de Registro dos Produtos Saneantes (Desinfetantes) utilizados, demonstrando que todos possuem registro ativo junto à ANVISA para uso profissional ou em entidades especializadas, sendo vedado o uso de produtos de venda livre (domissanitários) ou de uso agrícola, conforme Art. 21 da RDC nº 622/2022;

- Como condição para emissão da Ordem de Serviço, a contratada deverá comprovar a efetiva disponibilidade da estrutura operacional declarada na fase de habilitação, especialmente no que se refere à execução dos serviços de limpeza de reservatórios de grande porte.

- Para tanto, deverá apresentar, no prazo a ser definido pela Administração:

- Documento de propriedade do veículo (CRLV) ou contrato vigente de locação, comodato ou parceria operacional, que comprove a disponibilidade de caminhão equipado com sistema de hidrojateamento e sucção, ou tecnologia equivalente;

- Comprovação das características do equipamento, por meio de ficha técnica, nota fiscal, registro fotográfico ou outro documento idôneo, que evidencie a aptidão para execução dos serviços;

- Identificação completa do equipamento, incluindo, no mínimo, placa do veículo, marca/modelo e capacidade operacional;

- Declaração formal de disponibilidade do equipamento para atendimento das demandas contratuais, sempre que solicitado pela Administração.

A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, a disponibilidade do equipamento exigido, sendo vedada sua substituição sem prévia autorização da Administração, a qual somente será concedida mediante comprovação de equivalência técnica.

8.3 Requisitos técnicos e operacionais

A execução dos serviços deverá atender, no mínimo, às seguintes condições:

- Realização de serviços de dedetização, desratização e desinsetização de forma integrada, abrangendo áreas internas e externas das unidades;

- Utilização de métodos adequados a cada tipo de praga, considerando as características dos ambientes atendidos;



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

- Emprego de equipamentos apropriados, em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- Aplicação de produtos de forma segura, evitando riscos à saúde de alunos, servidores e demais usuários;
- Adoção de medidas preventivas e corretivas, incluindo monitoramento e, quando necessário, reaplicação dos serviços;
- Realização dos serviços, preferencialmente, em horários que não comprometam o funcionamento das unidades escolares;
- Emissão de relatórios técnicos após cada atendimento, contendo, no mínimo: identificação da unidade atendida; data da execução; produtos utilizados; áreas tratadas; orientações e recomendações.

8.4 Segurança e saúde

- Utilização obrigatória de EPIs adequados pelos profissionais envolvidos;
- Adoção de procedimentos que minimizem a exposição de pessoas aos produtos aplicados;
- Sinalização dos ambientes durante e após a aplicação, quando necessário;
- Observância dos prazos de reentrada nos ambientes tratados, devendo a contratada comunicar formalmente à direção da unidade escolar o período de interdição necessário com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- Destinação adequada de resíduos e embalagens, conforme normas ambientais.

8.5 Obrigações Adicionais de Execução:

- **Certificado de Execução:** Ao término de cada serviço, a empresa deverá emitir certificado contendo: identificação do órgão, pragas alvo, produtos utilizados (nome comercial, princípio ativo e lote), data de aplicação, prazo de garantia e o telefone do Centro de Informações Toxicológicas.
- **Limpeza de Reservatórios:** Os procedimentos de higienização e desinfecção devem seguir os padrões de potabilidade estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 888/2021.

8.6 Obrigações da contratada

- Garantir a qualidade e a efetividade dos serviços prestados;
- Realizar reaplicação dos serviços, sem ônus adicional, em caso de reincidência dentro do período de garantia;
- Prestar orientações às unidades quanto às medidas preventivas;
- Manter responsável técnico durante toda a execução contratual;
- Cumprir integralmente as normas de segurança, saúde e meio ambiente.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

8.7 Disposições gerais

A não apresentação de qualquer dos documentos exigidos, bem como a apresentação em desconformidade com as exigências estabelecidas, implicará na inabilitação da licitante, nos termos do edital.

Os requisitos estabelecidos visam assegurar a adequada execução dos serviços, a proteção da saúde dos usuários e a conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto.

Recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

A Contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

A Contratada se obriga a executar os serviços ou a entrega dos produtos de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, locais e quantidades determinadas, de acordo com a necessidade da secretaria.

Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a aquisição for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do convênio, número do Edital, documentos estes que comprovam o nexo causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Qualificação Técnica:

Necessária para assegurar que a empresa a ser contratada possua experiência comprovada na execução de serviços similares, bem como atenda integralmente às normas sanitárias vigentes e disponha de conhecimento técnico adequado para a realização de atividades de controle de pragas urbanas e higienização de caixas de água.

A exigência justifica-se especialmente em razão das características dos ambientes atendidos, que compreendem unidades escolares e administrativas com circulação contínua de pessoas, incluindo crianças, público considerado mais vulnerável à exposição a agentes químicos e biológicos.

Nesse contexto, a comprovação de aptidão técnica e a existência de responsável técnico habilitado são medidas essenciais para garantir que os serviços sejam executados de forma segura, eficiente e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos reguladores, em especial a ANVISA.

Ademais, as exigências estabelecidas visam minimizar riscos à saúde dos usuários, prevenir a ocorrência de falhas na execução dos serviços e assegurar a efetividade das ações de controle, contribuindo para a manutenção de ambientes salubres e adequados ao desenvolvimento das atividades educacionais.

Ressalta-se, por fim, que os requisitos definidos observam os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, limitando-se ao mínimo necessário para garantir a



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

adequada execução do objeto, sem comprometer o caráter competitivo do certame, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Qualificação Econômico-Financeira:

A exigência de qualificação econômico-financeira tem por finalidade assegurar que os licitantes possuam condições financeiras mínimas para a adequada execução do objeto contratual, demonstrando capacidade de suportar os custos inerentes à prestação dos serviços ao longo de toda a vigência do contrato.

Tal exigência visa garantir que a empresa disponha de estrutura econômico-financeira compatível com as obrigações assumidas, incluindo despesas com mão de obra, aquisição de insumos, encargos trabalhistas e tributários, reduzindo o risco de inadimplemento ou descontinuidade na prestação dos serviços.

Considerando que se trata de serviços de natureza contínua, cuja interrupção pode comprometer as condições sanitárias das unidades atendidas, a verificação da capacidade econômico-financeira mostra-se medida essencial para mitigar riscos à execução contratual e resguardar o interesse público.

Ressalta-se que as exigências estabelecidas observam os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, limitando-se ao mínimo necessário para garantir a segurança da contratação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Justificativa da exigência de estrutura operacional mínima

Considerando a natureza dos serviços a serem contratados, especialmente a limpeza e desinfecção de reservatórios de água com capacidade superior a 10.000 (dez mil) litros, verifica-se a necessidade de que a futura contratada possua estrutura operacional compatível com o objeto.

A execução eficiente e segura desses serviços demanda a utilização de equipamentos adequados, dentre os quais se destaca o caminhão equipado com sistema de hidrojateamento e sucção, ou tecnologia equivalente, apto a realizar o esgotamento técnico dos reservatórios, a remoção controlada de resíduos e sedimentos e a destinação ambientalmente adequada dos efluentes.

A adoção desse tipo de equipamento proporciona maior eficiência operacional, reduz significativamente o tempo de execução dos serviços e minimiza o período de indisponibilidade dos reservatórios, fator essencial para evitar a interrupção prolongada do abastecimento de água em unidades públicas, tais como escolas, unidades de saúde e demais repartições.

Sob o ponto de vista ambiental e de gestão de recursos hídricos, a utilização de sistema mecanizado de sucção mostra-se ainda mais relevante, tendo em vista os períodos recorrentes de escassez hídrica enfrentados no Estado do Paraná. A ausência dessa estrutura pode resultar no esgotamento inadequado dos reservatórios



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

e no desperdício de grandes volumes de água potável, especialmente em unidades de grande porte.

Além disso, o uso de equipamentos mecanizados contribui para a redução de riscos ocupacionais, melhora a qualidade sanitária do serviço executado e assegura maior padronização dos resultados.

Diante do exposto, conclui-se pela necessidade de previsão, no instrumento convocatório, de exigência de comprovação de estrutura operacional mínima compatível com o objeto, como medida indispensável para garantir a adequada execução contratual, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Para a realização dos serviços de controle de pragas urbanas e limpeza e desinfecção de reservatórios de água, tanto superiores quanto inferiores, conforme demanda especificada, os prestadores contratados deverão observar as seguintes exigências:

a) Diretrizes de Sustentabilidade

Os prestadores deverão implementar práticas sustentáveis, atendendo às seguintes orientações:

- Minimização do impacto sobre recursos naturais, incluindo flora, fauna, ar, solo e água;
- Prioridade para o uso de materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, sempre que possível;
- Eficiência no uso de recursos naturais, especialmente água e energia;
- Valorização da geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- Priorização de soluções que resultem em maior durabilidade e menor necessidade de reaplicação dos serviços;
- Incentivo à inovação que contribua para a redução de impactos ambientais;
- Utilização de insumos obtidos de forma ambientalmente regular.

b) Procedimentos a serem observados

Os serviços deverão obedecer aos seguintes critérios:



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

- Preferência por produtos de menor impacto ambiental, quando disponíveis no mercado;
- Adoção de práticas que visem à não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento adequado de resíduos sólidos, incluindo a disposição final ambientalmente correta dos rejeitos;
- Destinação adequada de embalagens e resíduos gerados na execução dos serviços;
- Observância das diretrizes da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Adoção de critérios de consumo responsável, considerando a necessidade, oportunidade e economicidade.

c) Critérios de Sustentabilidade para Serviços de Controle de Pragas

No âmbito dos serviços de desinsetização, desratização, descupinização e controle de vetores, a contratada deverá:

- Cumprir integralmente os requisitos previstos na RDC nº 622/2022 da ANVISA;
- Utilizar exclusivamente produtos devidamente regularizados junto à ANVISA;
- Adotar técnicas de aplicação que reduzam a dispersão de produtos químicos no ambiente;
- Responsabilizar-se pelo recolhimento e destinação adequada das embalagens e resíduos gerados;
- Fornecer e fiscalizar o uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), conforme a NR-6.

d) Características dos produtos utilizados

Os produtos utilizados deverão:

- Estar devidamente regularizados junto à ANVISA;
- Ser aplicados conforme as orientações do fabricante e normas técnicas vigentes;
- Ser adequados aos ambientes de aplicação, especialmente em locais com circulação de pessoas;
- Apresentar eficácia no controle das pragas alvo;
- Sempre que possível, possuir menor toxicidade e menor impacto ambiental.

Estas diretrizes têm por objetivo garantir a qualidade, a segurança e a sustentabilidade dos serviços contratados, assegurando a proteção da saúde dos usuários e a observância da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A presente contratação tem como objetivo assegurar a manutenção de ambientes adequados, seguros e salubres nas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, compreendendo escolas, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), espaços culturais e demais instalações administrativas.

Em termos de economicidade, busca-se a contratação de solução que proporcione o melhor custo-benefício, considerando não apenas o menor preço, mas também a eficiência e a durabilidade dos serviços prestados, reduzindo a necessidade de intervenções corretivas frequentes e evitando gastos adicionais com medidas emergenciais.

Quanto ao aproveitamento de recursos humanos, destaca-se que a Administração não dispõe, em seu quadro funcional, de profissionais qualificados, equipamentos adequados e estrutura necessária para a execução dos serviços de controle de pragas urbanas, os quais demandam conhecimento técnico específico e o manuseio de produtos químicos. Dessa forma, a contratação de empresa especializada mostra-se necessária, permitindo que os servidores da rede municipal permaneçam dedicados às suas atribuições institucionais, especialmente no âmbito educacional, sem prejuízo à eficiência administrativa.

No que se refere aos recursos materiais e financeiros, a contratação possibilitará o uso racional de insumos e equipamentos adequados, reduzindo desperdícios e garantindo maior efetividade no controle de pragas urbanas, com impactos diretos na conservação das estruturas físicas das unidades e na prevenção de danos ao patrimônio público.

Como resultados esperados, destacam-se:

- Redução significativa da presença de insetos, roedores e demais vetores nas unidades atendidas;
- Melhoria das condições sanitárias e ambientais dos espaços escolares e culturais;
- Diminuição de riscos à saúde de alunos, professores, servidores e demais usuários;
- Maior regularidade e previsibilidade na execução dos serviços;
- Preservação das condições adequadas ao desenvolvimento das atividades educacionais e culturais.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

Dessa forma, a contratação contribui diretamente para a promoção de ambientes seguros e adequados ao processo de ensino-aprendizagem, em consonância com o interesse público e com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

12. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O regime de execução da contratação será o de **prestação de serviços sob demanda**, com execução periódica, conforme cronograma definido pela Administração e necessidades identificadas durante a vigência contratual.

Os serviços serão realizados mediante emissão de ordens de serviço, observando as especificidades de cada unidade atendida.

Esse modelo permite maior controle, melhor aproveitamento dos recursos públicos e contribui para a economicidade da contratação, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Leda Maria Ferrari
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Clari Tereza Meredyk
Suplentes:	Fernanda Berns França

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

A execução dos serviços de controle de pragas urbanas e de limpeza e desinfecção de reservatórios de água pode demandar, de forma complementar, a atuação de contratos correlatos, especialmente aqueles relacionados à manutenção predial das unidades atendidas.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

Eventuais intervenções estruturais, como vedação de frestas, reparos em redes hidráulicas, ajustes em coberturas ou outras medidas corretivas, podem ser necessárias para garantir a efetividade das ações de controle de pragas, não estando, contudo, incluídas no escopo da presente contratação.

Dessa forma, a efetividade dos serviços poderá depender, quando necessário, da atuação integrada com contratos vigentes de manutenção predial ou de outras contratações correlatas, a serem providenciadas pela Administração.

Ressalta-se que tais contratações possuem natureza complementar, não configurando dependência direta para a execução inicial dos serviços, mas contribuindo para a manutenção dos resultados ao longo do tempo.

15. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)
demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

Conforme consta nos modelos de termos de referências os dados a serem informados são esses:

- I. ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000002/2026;
- II. Data de publicação no PNCP: 19/05/2025;
- III. Identificador da Futura Contratação: 987541-122/2026;

Id do item no PCA	Classe/Grupo	Nome do PDM do Item
10174	Serviços de saneamento e serviços similares	Desinsetização/desratização/dedetização
10175	Serviços de saneamento e serviços similares	Desinsetização/desratização/dedetização
10176	Serviços de limpeza	Serviço especializado de limpeza
10177	Serviços de limpeza	Serviço especializado de limpeza

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

() Global

(x) Lote(s) de Itens

() Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

(x) Bens e serviços comuns



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

- () Bens e serviços especiais
- () Serviço comum de engenharia
- () Serviço especial de Engenharia

O objeto desta contratação é classificado como bem comum, uma vez que se trata de produto com padrões de qualidade e desempenho definidos com base em especificações usuais de mercado. São itens com características padronizadas, ampla oferta no setor comercial e possibilidade de comparação objetiva entre diferentes marcas e fornecedores.

Essa natureza comum permite a elaboração de um edital com critérios técnicos claros e objetivos, viabilizando a avaliação justa das propostas, bem como assegurando os princípios da transparência, isonomia e competitividade, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021.

(x) Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos

- () Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- () Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- () Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

O serviço de dedetização das escolas e CMEIs é classificado como contínuo porque deve ser realizado periodicamente, de forma planejada e regular, para prevenir a proliferação de pragas, garantindo saúde e segurança. Apesar de ocorrer semestralmente, mantém caráter contínuo por ser necessário manter um ciclo preventivo e regular de execução, assegurando a eficácia do controle de pragas e a proteção dos alunos e servidores.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Considerando que os serviços a serem prestados possuem natureza comum, são amplamente disponíveis no mercado e apresentam baixa complexidade operacional, o risco de inadimplemento contratual ou de prejuízo à Administração é considerado reduzido.

Nesse contexto, a exigência de garantia de execução contratual, conforme previsto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, mostra-se desnecessária e desproporcional em relação à natureza do objeto. Além disso, sua imposição pode restringir a competitividade do certame, especialmente quanto à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Para mitigação de riscos e garantia da adequada execução contratual, a Administração adotará mecanismos de controle e fiscalização, tais como:

- Verificação da regularidade jurídica e fiscal da contratada;



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

- Avaliação técnica das propostas, conforme critérios do edital;
- Acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, com conferência quanto à qualidade, prazos e conformidade com as especificações contratuais.

Dessa forma, a não exigência de garantia contratual está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade, assegurando o interesse público sem comprometer a boa execução do contrato.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação pretendida é viável, necessária e adequada para atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

A solução proposta mostra-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, garantindo condições de salubridade e segurança nas unidades atendidas.

Assim, recomenda-se o prosseguimento da contratação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- (x) Pregão
- (x) Tradicional
- () SRP
- () Concorrência, () Tradicional () SRP
- () Concurso
- () Leilão
- () Dialogo Competitivo

PROCEDIMENTOS AUXILIARES

- () Credenciamento (Inexigibilidade – Chamamento)
- () Pré – Qualificação
- () Procedimento de Manifestação de Interesse.

CONTRATAÇÃO DIRETA:

- () Dispensa



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

- ☐ com disputa
- ☐ sem disputa
- ☐ Inexigibilidade de licitação

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

- ☐ Notória Especialização do Profissional
- ☒ menor preço
- ☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
- ☐ técnica e preço
- ☐ maior retorno econômico
- ☐ maior desconto
- ☐ maior lance

MODO DE DISPUTA: O MODO DE DISPUTA PODERÁ SER, ISOLADA OU CONJUNTAMENTE:

- ☒ Aberto
- ☐ Fechado
- ☐ Aberto e Fechado
- ☐ Fechado e Aberto

CARÁTER DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

- ☐ SIM
- ☒ NÃO

O orçamento estimado da contratação poderá ser divulgado, considerando que o sigilo não trará vantagem competitiva ou ganho de economicidade, tampouco comprometerá a eficiência da contratação pública.

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☒ Recursos Próprios
- ☐ Recursos Estaduais
- ☐ Recursos Federais

Dois Vizinhos, 08 de maio de 2026.

Leda Maria Ferrari
Gestora da Secretaria Mun. de Educação e Cultura
Decreto N.º 20806/2024



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Pâmela Fernanda da Silva
Agente Administrativo – Matrícula Funcional 18059-1
Secretaria Municipal de Educação e Cultura